

19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

**AGÊNCIA, SENSEMAKING CRÍTICO E TEORIAS INSTITUCIONAIS:
POR UMA ABORDAGEM INTEGRADA DE TEORIAS
ORGANIZACIONAIS NA PÓS MODERNIDADE**

**AGENCY, CRITICAL SENSEMAKING AND INSTITUTIONAL
THEORIES: FOR AN INTEGRATED APPROACH TO
ORGANIZATIONAL THEORIES IN POSTMODERNITY**

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Chrystian Biscaro, Universidade Estadual de Londrina, Brasil, chrystianbiscaro@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe-se em apresentar uma possível integração entre alguns conceitos e teorias organizacionais, quais sejam, a Agência, o sensemaking crítico e as teorias institucionais, para que se possa compreender, de maneira ampla, o papel das organizações para o desenvolvimento das sociedades na pós modernidade, que são complexas e repletas de características contingenciais. Para isso, serão abordados inicialmente os conceitos tradicionais e alguns embates em torno de tais teorizações, buscando evidenciar suas correlações e, como uma perspectiva abrangente pode contribuir para construção de sentido sobre os múltiplos acontecimentos nas sociedades. Também será apresentada a importância de se trazer debates conceituais clássicos, como o modernismo e pós-modernismo para os estudos das organizações, bem como busca-se encorajar a adoção de abordagens conscientemente reflexivas e que propõem-se ir além do que é considerado hegemônico. No seu aspecto metodológico, este trabalho pode ser classificado de natureza básica, qualitativa e exploratória, sendo que, utilizou-se da pesquisa bibliográfica como meio para se alcançar ao objetivo proposto.

Palavras-chave: Agência; sensemaking crítico; teorias institucionais; organizações; pós-modernidade.

Abstract

This work proposes to present a possible integration between some concepts and organizational theories, namely, the Agency, critical sensemaking and institutional theories, so that one can comprehensively understand the role of organizations for the development of societies in post modernity, which are complex and full of contingency characteristics. For this, the traditional concepts and some clashes around such theorizations will be addressed initially, seeking to highlight their correlations and, as a comprehensive perspective, may contribute to the construction of feeling about the multiple events in societies. The importance of bringing classic conceptual debates, such as modernism and postmodernism to the studies of organizations, will also be presented, as well as seeking to encourage the adoption of consciously reflective approaches that propose to go beyond what is considered hegemonic. In its methodological aspect, this work can be classified as basic, qualitative and exploratory, and bibliographic research was used as a means to achieve the proposed objective.

Keywords: Agency; critical sensemaking; institutional theories; organizations; postmodernity.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que os comportamentos organizacionais são orientados por amplos mitos institucionais racionalizados e que, ao mesmo tempo, essas práticas estão conectadas com a agência humana e com os processos de construção de sentido (sensemaking), o objetivo deste trabalho será oferecer reflexões sobre o papel das organizações e de suas teorizações no desenvolvimento das sociedades na pós modernidade, sugerindo uma possível integração entre algumas abordagens teóricas. Para isso, busca-se, na seção seguinte à esta introdução, demonstrar que a agência humana é constituída por uma infinidade de dimensões e comportamentos plausíveis e contingenciais, sendo que a ação humana pode ser muitas vezes influenciada por sistemas e estruturas no qual está inserida mas, que também pode exercer influência, reproduzindo ou transformando as estruturas, conforme abordaram Emirbayer e Mische (1998).

A terceira seção propõe-se em relacionar a perspectiva da Agência com a proposição do sensemaking crítico de Mills, Thurlow e Mills (2010) por entender que alguns conceitos das duas abordagens dialogam entre si e complementam-se. A partir dessa compreensão, a análise será focalizada no campo organizacional, dos comportamentos organizacionais em si, por entender que nas sociedades contemporâneas, todas as expressões sociais são manifestadas através das organizações nas suas mais variadas formas, sejam essas empresas, igrejas, famílias, Estados, universidades, entre outras. Não se quer reduzir a importância da agência humana, pois a compreensão e o respeito às ações humanas e as suas manifestações individuais devem ser sempre consideradas, mas, o que argumenta-se é que as organizações, em um contexto macro ambiental, possuem maiores possibilidades de contribuição ao desenvolvimento das sociedades, uma vez que possuem múltiplas capacidades de interações com estas. Para se ter um exemplo dessas capacidades, Reed (2007) relacionou seis metanarrativas interpretativas no campo organizacional, mas que em certa medida, todas apresentaram reflexos nas sociedades.

As organizações, são influenciadas de maneira significativa por crenças institucionalizadas, conforme observaram Meyer e Rowan (1977), o que oportuniza a reflexão sobre as teorias institucionais no contexto organizacional na seção subsequente. Mas, como já foi dito, ao mesmo tempo, as organizações podem contribuir para o desenvolvimento das sociedades, engendrando assim, uma espécie de relação recursiva e retroalimentada, onde em um momento elas recebem influência do meio em que atuam mas em outro momento acabam por influenciá-lo, podendo exercer dessa forma, um papel proeminente em momentos pós-modernos que também são marcados por múltiplas crises e reflexões, ou como considerou Bauman (1998), por um mal-estar da pós-modernidade. Essa discussão entre a relação recursiva das organizações, instituições e sociedades em momentos pós-modernos será abordada na quinta seção deste estudo, onde também será apresentada a importância de se trazer debates conceituais clássicos, como o modernismo e pós-modernismo para os estudos das organizações, de acordo com a abordagem de Clegg e Kornberger (2003). Por fim, será discutido que adotar uma perspectiva conscientemente reflexiva sobre as novas formas e possibilidades de teorizações das organizações, conforme a proposta convidativa de Suddaby, Hardy e Huy (2011) parece ser oportuno, inclusive considerando as possíveis integrações teóricas das quais seja possível o seu debate e desenvolvimento.

Quanto a metodologia, a natureza deste trabalho pode ser considerada básica, de acordo com o entendimento de Gerhardt e Silveira (2009), pois, essa característica objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, além de envolver verdades e interesses globais. Quanto à abordagem, de acordo com Godoy (1995), pode ser considerada qualitativa, tendo em vista que busca compreender o papel das organizações nas sociedades e seus múltiplos significados. Em relação à conceituação sobre a finalidade da pesquisa, esta pode ser

classificada como exploratória, como apontou Vergara (1990), considerando que propostas integrativas de múltiplas teorias ainda são incipientes no campo da teoria das organizações. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas para se alcançar ao objetivo ora proposto, buscando assim, contribuir para os debates em torno das teorizações organizacionais, sem contudo, deixar de considerar seus reflexos nas sociedades.

2. AGÊNCIA: PARA ALÉM DA DICOTOMIA DETERMINISMO E LIVRE-ARBÍTRIO

O conceito de Agência ao longo do percurso dos estudos organizacionais foi alvo de diversas interpretações teóricas, o que fez com que tal abordagem se tornasse confusa nesse campo. Emirbayer e Mische (1998) preocupados com as tensões que formaram-se em torno dessa temática, buscaram reconceitualizar a agência humana considerando vários elementos e dimensões que a compõem, mas que em algum momento foram empobrecidos por outros teóricos.

Os autores conceituam a agência como um processo de engajamento social incorporado temporalmente, informado pelo passado (em seu aspecto iteracional ou habitacional), mas também orientado para o futuro (como uma capacidade projetiva de imaginar possibilidades alternativas) e em direção ao presente (como uma capacidade prático-avaliadora de contextualizar hábitos passados e projetos futuros dentro das contingências do momento) (Emirbayer & Mische, 1998, p. 962).

Percebe-se nesse trecho destacado, e também no decorrer do artigo, que os autores empenharam-se em enfatizar que um dos pontos principais para se compreender a agência humana é considerá-la dentro do fluxo do tempo. Essa abordagem, segundo os autores, possibilita uma nova compreensão à um antigo problema sobre a agência que refere-se a uma relação dicotômica entre livre-arbítrio e o determinismo. Pois, em algum momento, a investigação em torno da agência direcionou-se em entender se as ações humanas seriam frutos de deliberações da própria vontade ou então se tais ações estavam condicionadas às relações de causalidades determinísticas.

Ao considerar que a agência humana é “composta de orientações variáveis e mutáveis dentro do fluxo do tempo” (Emirbayer & Mische, 1998, p. 964) os autores argumentam que é possível então compreender que os ambientes estruturais podem ser sustentados e/ou alterados pela ação humana, pois os atores podem orientar suas ações para o futuro sendo que os resultados serão imprevistos. Assim, múltiplas elementos são considerados pelos autores, entre eles destacam-se o elemento iteracional, que refere-se a padrões do passado que se tornam referências para as ações humanas no presente e futuro, o que tende a sustentar certas estruturas; o elemento projetivo, que diz respeito às possibilidades dos atores criarem cenários de ações futuras, o que pode reconfigurar diversas estruturas de pensamento; e o elemento prático-avaliativo, que relaciona-se com a capacidade dos atores realizarem juízos práticos e normativos entre possíveis alternativas de ação. Cada uma dessas dimensões, dentro da perspectiva temporal que os autores trazem, podem relacionar-se entre si, sendo capaz de gerar inúmeras possibilidades de ações dos agentes, o que corrobora a afirmativa de que “os processos de agentes assumem diversas formas empíricas em resposta aos contextos específicos nos quais a ação se desdobra” (Emirbayer & Mische, 1998, p. 1003).

Outro aspecto bastante comum ao abordar o tema de Agência é estabelecer-se provocações que tratam sobre as influências e relações que podem ser estabelecidas entre Estrutura e Agência. Sewell (1992, p. 4) ao realizar uma análise crítica a Giddens, recorda que o mesmo considerou

que as “estruturas moldam as práticas das pessoas, mas é também as práticas das pessoas que constituem (e reproduzem) estruturas”. No entanto, o autor sugere que a agência pode sustentar a reprodução das estruturas mas também tornar possível sua transformação. Parecem concordar com esta última fala Emirbayer e Mische (1998) que sugerem a ocorrência de influências por parte da agência humana:

Nós definimos (*agência humana*) como o engajamento construído temporalmente por atores de diferentes ambientes estruturais [...] que, através da interação de hábito, imaginação e julgamento, reproduzem e transformam essas estruturas em respostas aos problemas colocados pela mudança de situações históricas” (Emirbayer e Mische, 1998, p. 969, grifo nosso).

Assim, observa-se que não existe um consenso ou uma definição única sobre a influência da agência humana sobre a estrutura ou se o contrário também poderá ser dito. Porém, importa reconhecer que o referencial apresentado neste estudo leva a crer que, no mínimo, as ações humanas possuem seu significado e relevância, devendo portanto ser consideradas no âmbito das relações organizacionais, como uma grande possibilidade de exercício de influências nas estruturas, mesmo que em outros momentos essa mesma estrutura sobreponha-se em detrimento da agência humana. Apesar disso, como será a visto na próxima seção, com os argumentos do sensemaking crítico, é interessante considerar algumas variáveis que podem influir de maneira mais significativa sobre a agência humana.

3. A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO: DO SENSEMAKING AO CRITICAL SENSEMAKING

Nesta seção será apresentado o conceito tradicional de sensemaking e na sequência a sua abordagem crítica. Será abordado, com base em Weick, Suitcliffe e Obstfeld (2005), que a importância dada às questões agenciais ganha destaque nos estudos sobre o sensemaking e, posteriormente, a perspectiva crítica de Mills et al. (2010) oferecerá reflexões complementares à essa temática. De acordo com Weick et al. (2005), o sensemaking explica que é através da interação social que os membros da sociedade buscam atribuir sentido às informações e fatos que ocorrem, e assim seria possível compreender o mundo em que vivem e agir para o que fosse necessário. Entre várias de suas características, destaca-se que o sensemaking é retrospectivo, ou seja, considera que os atores levam em consideração a interpretação de eventos do passado como base para suas ações e, também aprecia a plausibilidade na construção de sentido em detrimento da objetividade. Assim conforme os autores esclarecem, o sensemaking

envolve transformar as circunstâncias em uma situação que é explicitamente compreendida em palavras e que serve como um trampolim para a ação. [...] Sensemaking envolve o desenvolvimento retrospectivo contínuo de imagens plausíveis que racionalizam o que as pessoas estão fazendo (Weick, Suitcliffe & Obstfeld, 2005, p. 409).

Interessante observar que tanto o conceito sobre agência humana de Emirbayer e Mische (1998) quanto a abordagem do sensemaking levam em conta que ações do passado (retrospectivas) fornecem base para as ações do presente e futuro. A agência humana e o sensemaking também dialogam por buscarem compreender a ação humana. Outro ponto interessante onde é possível relacionar essas duas teorias e, talvez a sua complementaridade, está em uma das conclusões

onde os autores que disseram que o sensemaking fornece a “descrição de um meio pelo qual a agência altera instituições e ambientes” (Weick et al., 2005, p. 419).

Por sua vez o sensemaking crítico, baseia-se no modelo tradicional aqui exposto, porém oferece complementos à teoria, ampliando o campo de análise buscando compreender como os eventos organizacionais existentes podem contribuir para a construção de sentido, e assim, o “sensemaking crítico, leva em conta questões como poder e contexto” (Mills, Thurlow & Mills, 2010, p. 183). Desta forma, uma das contribuições do sensemaking crítico é, considerando as múltiplas interações sociais existentes, reconhecer que o poder organizacional e contextos hegemônicos fazem com que algumas identidades tenham preferências sobre outras, o que fatalmente irá impactar na construção de sentido dos indivíduos. Assim é que a abordagem do sensemaking crítico, segundo os autores, apresenta-se como um complemento à proposta tradicional, uma vez que, entre outros motivos, leva em consideração a agência no contexto, e também coloca um ponto de reflexão sobre a imparcialidade das ações humanas nos ambientes organizacionais. Nesse sentido, supõe-se que a agência humana pode efetivamente sustentar práticas organizacionais ou até mesmo transformá-las mas que, ao mesmo tempo, certos contextos e forças dominantes podem fazer com que a criação de significado dos indivíduos seja moldada de acordo com certas preferências organizacionais.

4. TEORIAS INSTITUCIONAIS: A BUSCA PELA LEGITIMIDADE E SOBREVIVÊNCIA

A teoria institucional tornou-se uma grande esfera dentro dos estudos organizacionais, com vários níveis de análises, sendo que em alguns casos, conforme argumentou Suddaby (2010), certas derivações teóricas chegaram a se distanciar das proposições principais dessa teoria. De um modo geral, as teorias institucionais buscam compreender as ações organizacionais partindo do pressuposto de que seus comportamentos são influenciados por inúmeras variáveis - sejam elas culturais, normativas, técnicas, ambientais, políticas, entre outros – que são estruturadas dentro do conceito de instituições. As instituições por sua vez, podem restringir, incentivar ou neutralizar os comportamentos organizacionais, conforme a visão de Barley e Torbert (1997) e também de Meyer e Rowan (1977). As instituições foram assim definidas “[...] são modelos socialmente construídos para a ação, gerados e mantidos através de interações contínuas” (Barley & Torbert, 1997, p. 94). Meyer e Rowan (1977), por sua vez, argumentam que as organizações passaram a adotar regras institucionalizadas afim de ganharem legitimidade perante o seu campo de atuação, o que culminou em um chamado isomorfismo estrutural, uma vez que várias organizações buscaram adequar-se em estruturas e formas organizacionais comuns. Os autores afirmam também que, nas sociedades contemporâneas as organizações emergem em contextos altamente institucionalizados, e que ao adotarem as práticas e procedimentos definidos pelas instituições, elas buscam além da legitimidade (conforme dito anteriormente) aumentar suas perspectivas de sobrevivência, sem mesmo terem confirmações da eficácia de tais práticas. Por esse motivo, os autores chegam a utilizar a expressão mitos, para referirem-se a tais regras institucionalizadas, pois em alguns casos as organizações apenas seguem o que essas regras determinam sem mesmo questioná-las ou entender o impacto em seu cotidiano. Essas regras podem ser instituídas de muitas formas, por exemplo, pela opinião pública, por leis, normas profissionais, entre outras.

Algumas críticas foram tecidas em relação a abordagem das instituições que passaram a ser consideradas, por alguns autores, como uma prática exterior às organizações. Nesse sentido, vale destacar o seguinte argumento:

com o passar do tempo, Meyer e seus colegas passaram a tratar as instituições principalmente como exógenas à ação organizacional [...]. O problema com essa

abordagem é que ela descreve uma instituição como algo distinto daqueles que cumprem e, mais importante, do próprio ato de cumprimento. O resultado reifica a noção de instituição (Barley e Tolbert, 1997, p. 95).

Desta forma, em algum momento parece que certos autores sentiram falta na abordagem institucional de considerar-se os aspectos internos das organizações, o que leva a crer que nesse caso, a busca pela compreensão da criação de sentido dos agentes inseridos nas organizações, em um ambiente guiado por regras institucionais, deveria ser investigado. Conforme pode-se perceber na citação a seguir, o teórico Roy Suddaby parece concordar com essa perspectiva ao dizer que “para entender adequadamente como os sistemas de significado institucional são entendidos e interpretados nas organizações, os pesquisadores institucionais terão que adotar uma perspectiva interna” (Suddaby, 2010, p. 18). O autor advoga por considerar os indivíduos nas pesquisas institucionais. Tal afirmativa pode ser observada quando o mesmo afirma que “o trabalho institucional, é claro, é conduzido por indivíduos e é um tanto surpreendente para mim como os indivíduos geralmente desaparecem da pesquisa institucional” (Suddaby, 2010, p. 17). Dessa forma, é interessante observar a possível relação existente entre as teorias institucionais e as teorias que tratam sobre a compreensão das ações humanas, o que neste estudo está evidenciado na teoria da Agência e do sensemaking.

Para alguns autores, é fundamental que as pesquisas institucionais considerem a ação:

defendemos que, para que a teoria institucional cumpra sua promessa de estudos organizacionais, os pesquisadores devem desenvolver modelos dinâmicos de instituições e desenvolver metodologias para investigar como as ações e as instituições estão recursivamente relacionadas (Barley & Tolbert, 1997, p 94).

Os autores sugerem que para entender-se os processos relacionais entre instituições e ações, é necessária uma análise diacrônica, ou seja, que considere um conjunto de fenômenos sociais, culturais etc. que ocorrem e se desdobram através do tempo. Assim, ao mesmo tempo em que pode-se considerar que as organizações são influenciadas por instituições, é possível admitir que as instituições podem refletir intenções de organizações, estas por sua vez, são compostas por atores sociais, que buscam construir sentido através de uma atenção retrospectiva de fatos ocorridos, uma vez que não é possível refletir sobre determinada situação enquanto a mesma ocorre. Essa inter-relação recursiva entre agência, sensemaking, instituições e organizações, parece ser adequada para que se possa compreender os desdobramentos das práticas organizacionais nas sociedades, sobretudo em momentos pós-modernos. A próxima seção propõe-se a refletir sobre esse campo.

5. ORGANIZAÇÕES, SOCIEDADE E (PÓS) MODERNISMO

Burrell e Morgan (1979), ao realizarem uma vasta análise sobre as diversas perspectivas existentes no campo das teorias organizacionais, afirmam que

todas as teorias de organização são fundamentadas em uma filosofia da ciência e uma teoria da sociedade, quer os teóricos estejam conscientes disto ou não. Para muitos esta pode parecer uma afirmação injustificadamente banal e simplista. Na verdade muitos teóricos parecem estar inconscientes ou, no mínimo, ignorar os pressupostos que as várias teorias refletem (Burrell & Morgan (1979, p. 36, grifo nosso).

Esse trecho evidencia a importância de se compreender as organizações e suas teorias dentro de um ambiente macro, que envolve também as relações com as sociedades de uma maneira geral e com os indivíduos de uma forma particular. Não por acaso, o famoso quadrante dos paradigmas que os autores desenvolveram, apresenta quatro paradigmas para os estudos organizacionais – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical – mas destacam que cada um deles, com suas premissas e percepções particulares da realidade, buscavam compreender e analisar as organizações e as implicações nas relações com as sociedades (mundo social). Assim, de acordo com Morgan (2007), enquanto o paradigma funcionalista concentra seus esforços em compreender a sociedade e o papel dos seres humanos nesta, fundamentando, por exemplo, teorias da administração clássica e científica; o interpretativista leva em consideração as experiências subjetivas dos indivíduos, e a sociedade, por consequência, passa a ser entendida a partir da lente de cada ator social; já o humanista radical preocupa-se com a alienação psíquica que os indivíduos em determinadas sociedades sofrem, em especial nas sociedades industriais capitalistas; por fim, a perspectiva estruturalista radical também preocupa-se com a questão da dominação, mas não aborda os aspectos subjetivos do indivíduo, focalizando assim, nas estruturas concretas que são capazes de dominar indivíduos e sociedades, como por exemplo, grandes grupos econômicos ou até mesmo os Estados. Assim, pode-se perceber que as organizações possuem uma intrínseca relação com as sociedades e, por isso, esse entendimento é fundamental para que os teóricos organizacionais bem como os indivíduos que estão inseridos nas organizações possam ter consciência dessa dimensão.

Como exemplo dos impactos e desdobramentos que as organizações podem influir nas sociedades, tome-se o período onde as teorias da administração clássica e científica emergiram desenvolveram-se. O taylorismo, com a sua separação entre a concepção do trabalho em detrimento da execução do mesmo, como observou Braverman (1980), contribuiu para a desvalorização da mão de obra do trabalhador, o que deixou o mesmo alienado ao seu trabalho e gerando uma sociedade dominada por uma minoria detentora dos meios de produção. O fayolismo, com seus preceitos de departamentalização, possibilitou aumentos nas taxas de desempregos das sociedades da época. O fordismo, com seu conceito de produção em massa e consumo financiado, propiciou também alterações nos comportamentos das sociedades, incentivando o consumismo e ao mesmo tempo, a partir da ideia das esteiras de produção, infundiu o pensamento da mínima movimentação possível. Todo esse percurso histórico das organizações, refletem até os dias atuais formas de se conceber as sociedades, sendo que as práticas organizacionais acabam muitas vezes por serem reproduzidas nas próprias sociedades de maneira geral. Por outro lado, como já foi abordado, as sociedades através de regras institucionalizadas (exemplo: opinião pública) podem estabelecer pressões para que determinados padrões sejam seguidos pelas organizações. Um exemplo onde a sociedade exerceu essa influência pode ser observada em uma notícia veiculada na mídia em 2019 onde um famoso grupo de cosméticos brasileiro recebeu um selo, chamado Cruelty Free, emitido por uma organização não governamental americana, que certifica ao detentor do selo uma legitimação de que aquele grupo não realiza testes em animais para seus produtos. Assim, percebe-se que o tempo todo as organizações, agentes humanos, instituições e sociedades interagem entre si, conceituando e reconceituando, através de múltiplas relações, formas de se organizar e relacionar, formando uma espécie de relação recursiva e retroalimentadora, onde cada um pode exercer influência sobre o outro. Tal característica é comum, a partir das análises de Clegg e Kornberger (2003), considerando que as sociedades transitam entre momentos modernos e momentos pós-modernos como será visto na sequência.

Cabe destacar que, para os autores, o modernismo e pós-modernismo devem ser considerados como momentos essencialmente relacionados entre si, ao invés de movimentos que guardam

relação pontualmente com períodos históricos lineares. Assim, os autores afirmam que “o pós-modernismo não significa o fim do modernismo, mas o oposto: a pós-modernidade está implicada na modernidade e a modernidade está constantemente grávida de sua pós-modernidade” (Clegg & Kornberger, 2003, p. 63). Aliás, interessante consideração fez Mary Jane Spink ao também considerar inadequado a denominação sobre pós-modernidade como se fosse algo estático no tempo, isso “deve-se ao fato de achar muito difícil nomear os nossos tempos atuais de pós-modernidade: o que viria depois da pós-modernidade? ‘Pós-pós-modernidade’, ‘pós’ ao terceiro grau?” (Spink, 2010, p. 1). A autora ainda argumenta que uma das características da chamada pós-modernidade é a reflexividade, que segundo ela, sugere um novo olhar para práticas hegemônicas e instituídas. É nesse sentido que advogam Clegg e Kornberger (2003) ao buscarem definir o pós-modernismo:

definimos o pós-modernismo como um momento que ocorre no limite da criatividade quando, sejam quais forem as práticas consideradas modernas, estão se redefinindo como algo diferente, algo em oposição, às práticas atualmente dominantes. Portanto, não é tanto um movimento como um momento, nem uma era, mas um processo em que algo claramente conhecido e compreendido está se tornando algo ainda não claramente conhecido, ainda não claramente compreendido. É um momento de paradoxo definido pela “presença simultânea de elementos contraditórios, até mesmo mutuamente exclusivos” (Clegg & Kornberger, 2003, p. 64).

Ao relacionarem a perspectiva reflexiva com o pós-modernismo, os autores partem também para as implicações que os pesquisadores no campo organizacional devem ter em mente. Segundo eles, “para as ciências reflexivas, a racionalidade é sempre situacional e não transcendente. E porque é sempre contextualmente situacional, está sempre implicada com poder” (Clegg & Kornberger, 2003, p. 76). Assim, os autores apresentam uma análise foucaultiana sobre discursos e as relações de conhecimento e poder, considerando que diferentes atores de poder irão operar em e através de diferentes racionalidades (conhecimento). Isso equivale a dizer que haverá diferentes formas de conhecimento que se utilizarão de regras institucionalizadas para produzir sentido. Assim, conforme a sugestão dos autores, com essa atenção do pesquisar às relações de poder

podemos compreender e constituir os sentidos que estão sendo feitos, bem como as condições de existência e os pressupostos tácitos subjacentes que tornam tal sentido possível. E, assim, podemos começar a entender as diferentes formas de agência que encontram expressão em contextos organizacionais, em que os atores compreendem as regras que constroem e desconstroem ativamente no contexto de sua ação (Clegg & Kornberger, 2003, p. 76-77).

Desta forma, os autores consideram que a perspectiva reflexiva na teoria das organizações deve permitir a compreensão das múltiplas formas de se teorizar e analisar:

A teoria da organização pós-moderna, em vez de gerar análises de organização que supõem que seus objetos existam, esperando para serem capturados pelas ferramentas do cientista social, busca uma compreensão reflexiva das formas em que a análise da organização depende da organização da análise (Clegg & Kornberger, 2003, p. 82).

6. DISCUSSÕES E PROPOSIÇÕES

Com base nas reflexões teóricas abordadas até o momento, entende-se que seja possível um encontro e possível integração entre as teorias institucionais, Agência e sensemaking crítico, uma vez possuem objetivos que em certos momentos assemelham-se por considerarem as múltiplas relações existentes entre indivíduos, organizações e sociedades. As teorias institucionais desenvolveram-se e criaram uma série de derivações teóricas muitas vezes conflitantes entre si, gerando confusões e falta de entendimento para as organizações e indivíduos. Isso faz com que os processos de sensemaking crítico sejam acionados como busca de construção de sentido diante de incertezas e antagonismos existentes nas organizações e sociedades. Por sua vez, características ambíguas parece fazer parte da busca reflexiva nos estudos teóricos, em especial das organizações. A afirmativa a seguir corrobora essa questão:

essa reflexivização marca o ponto em que nosso pensamento oscila constantemente entre dois polos: de um lado, a tentativa moderna de entender, pensar, teorizar e administrar organizações e, de outro, o esforço pós-moderno de questionar a organização, suas precondições, o oculto pressupostos de nossos entendimentos, pensamentos, teorias e práticas de gestão (Clegg & Kornberger, 2003, p. 82).

Assim, dentro dos estudos organizacionais, sugere-se para as novas abordagens teóricas, que se leve em conta uma série de variáveis, antagônicas e ao mesmo tempo complementares, o que também pode ser compreendido a partir do trecho a seguir:

Muitos autores advertem, no entanto, que suas abordagens sugeridas podem ajudar, mas não podem garantir o sucesso na teorização criativa. A aplicação sistemática de qualquer metodologia não garante um resultado criativo. Uma série de outros fatores é importante, como imaginação, reflexividade, escopo do conhecimento dominado e um amplo entendimento de diferentes perspectivas metateóricas (Suddaby et al., 2011, p. 244).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que o pós-modernismo caracteriza-se por um momento reflexivo que busca questionar aquilo que está instituído e que é hegemônico, cabe destacar que as organizações podem contribuir para as sociedades assumindo seu papel de protagonistas (que são) nas mesmas, exercendo mudanças nas relações de consumo, produção, formas de trabalho, relação com as comunidades próximas etc. Este trabalho buscou demonstrar que em certos momentos na história, as organizações influenciaram padrões comportamentais nas sociedades e, sendo assim, acredita-se que através de suas múltiplas e complexas relações seja possível promover o desenvolvimento das sociedades. As teorias organizacionais, por sua vez, podem contribuir para as sociedades ao considerarem não apenas as organizações e as múltiplas derivações teóricas de maneira isolada e reducionista, mas, ao permitirem o diálogo transdisciplinar e, considerando a possibilidade de integração entre teorizações que considerem a agência humana, teorias institucionais, as organizações e as sociedades, podem então, sustentar o desenvolvimento de sociedades que são complexas e que estão interligadas por uma grande rede de relações. Este estudo propôs-se em relacionar algumas dessas perspectivas teóricas buscando apresentar que as relações entre elas existentes parecem ser ao mesmo tempo antagônicas mas complementares, recursivas e retroalimentadoras, o que abre espaço para

futuros estudos e proposições que considerem uma abordagem multiparadigmática como forma de compreender-se os fenômenos organizacionais que são amplos, complexos e plurais, distanciando-se assim de perspectivas que buscam a regulação e o determinismo, que são encontradas majoritariamente nas perspectivas teóricas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- Barley, S. R., & Tolbert, P. (1997). Institutionalization and structuration: studying the links between the action and the institution, *Organization Studies*, (18:1), pp. 93-117.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*, Jorge Zahar Ed.
- Braverman, H. (1980). *Gerência científica*, in _____, Trabalho e capital monopolista, Zahar Editores, Rio de Janeiro, pp. 82-111.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *In search of a framework*, in _____, Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life, Ashgate, Hants, pp. 1-40.
- Clegg, S. R., & Kornberger, M. (2003). *Modernism, postmodernism, management and organization theory*, in Locke, E. A. (Ed.), Postmodernism and Management: pros, cons and the alternative, Emerald Group Publishing Ltd, pp. 57-88.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, (103:4), pp. 962-1023.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, *Revista de Administração de Empresas*, (35:2), pp. 57-63.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony, *American Journal of Sociology*, (83:2), pp. 340-363.
- Mills, J. H., Thurlow, A., & Mills, A. J. (2010). Making sense of sensemaking: the critical sensemaking approach, *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, (5:2), pp. 182-195.
- Morgan, G. (2007). *Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações*, in Caldas, M. P., & Bertero, C. O. (Orgs.), Teoria das organizações, Editora Atlas, São Paulo, pp. 12-33.
- Reed, M. (2007). *Teorização organizacional: um campo historicamente contestado*, in Clegg, S. R., Hardy, C., & Nord, W. R. (Orgs.), Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais, Editora Atlas, São Paulo, pp. 61-97.
- Sewell, W. F. (1992). A theory of structure: duality, agency, and transformation, *The American Journal of Sociology*, (98:1), pp. 1-29.
- Silveira, D.T., & Córdova, F. P. (2009). *A pesquisa científica*, in Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs.), Métodos de pesquisa, Editora da UFRGS, Porto Alegre, pp. 31-42.
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Suddaby, R. (2010). Challenges for institutional theory, *Journal of management inquiry*, (19:1), pp. 14-20.
- Suddaby, R., Hardy, C., & Huy, Q. N. (2011). Introduction to special topic forum: where are the new theories of organization?, *Academy of Management Review*, (36:2), pp. 236-246.
- Vergara, S. C. (1990, junho). Tipos de pesquisa em administração, *Cadernos EBAP*, 52, pp. 1-9.
- Weick, K. E., Suitcliffe, K. M., & Obstfeld, D. (2005). Organizing and the process of sensemaking, *Organization Science*, (16:4), pp. 409-421.